

Podcast

Direitos Humanos no Brasil 25 anos



Maria Inez Pinheiro



Guilherme Delgado



Transcrição Episódio 1 Questão Agrária com Maria Inez Pinheiro e Guilherme Delgado

Música

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social.

Abertura podcast Direitos Humanos no Brasil

Maria Inez Pinheiro: Na verdade, o agronegócio inclusive, não é inimigo só do MST, o agronegócio é inimigo da população brasileira.

Guilherme Delgado: A crise ecológica é uma crise de direitos humanos, principalmente dos mais frágeis.

Música

Daniela: A advogada Maria Inez Pinheiro e o economista Guilherme Delgado tratam da questão agrária no primeiro episódio de Direitos Humanos no Brasil.

Música

Daniela: Começamos com Maria Inez Pinheiro, do setor de direitos humanos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Ela atua no MST há 26 anos e faz parte da direção estadual do movimento no Maranhão. Maria Inez, você é bacharel em direito e se formou na primeira turma organizada pelo MST, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, com o apoio do Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária, o Pronera. A turma de 2007 era formada por 60 pessoas, do MST, de sindicatos e comunidades quilombolas que levaram diversidade para uma universidade elitista no estado de Goiás. Como foi essa experiência?

Maria Inez: Essa turma é um marco de fato na história das turmas de direito do Brasil. Primeiro por essa composição e essa diversidade. Nós éramos de 17 estados da federação então uma diversidade muito grande, todas juntas ali naquela cidade. Nós tínhamos tamanha capacidade, o que nos faltava era oportunidade, que pelo menos 16 pessoas passaram na OAB quando nós ainda estávamos no nono período, ou seja, a nossa turma demonstrou uma capacidade tamanha de passar no próprio exame da ordem que nós conseguimos um número maior de aprovação que as turmas tradicionais que se colocavam lá na turma. Então nós garantimos!

Daniela: Você nasceu em Alcântara no Maranhão, onde muitas comunidades quilombolas foram obrigadas a sair dos territórios para a instalação do Centro Espacial de Alcântara. Diversas edições do livro Direitos Humanos no Brasil descrevem essa questão, e os textos estão disponíveis no nosso site www.social.org.br. A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos trabalha em parceria com comunidades quilombolas e com o MST. Maria Inez, Na sua opinião, qual é a importância desse trabalho jurídico em defesa das comunidades de Alcântara?

Maria Inez: Durante muito tempo, aquelas comunidades viveram ali da pesca, da agricultura. Quando da implantação da base foram desterritorializados sem direitos, sem direito a um processo de indenização. Nesse período não tinha advogados. E aí é nesse processo de apoio que a gente conseguiu judicializar a situação de Alcântara, onde algumas famílias conseguiram já serem reparadas, e aí foi fomentado tanto pelas ONGs como o movimentos sociais de apoio, também do próprio movimento, mas até hoje em dia é um processo que continua na justiça porque nem todo mundo recebeu de fato o direito que tinha. Continua toda uma rede de apoio aos quilombolas de Alcântara nesse processo.

Daniela: O livro Direitos Humanos no Brasil traz artigos sobre a violência contra comunidades rurais causada pelo agronegócio. Como o MST analisa a destruição causada pelo agronegócio?

Maria Inez: Na verdade, o agronegócio inclusive, não é inimigo só do MST, o agronegócio é inimigo da população brasileira. Por que é inimigo da população brasileira? Porque a produção do agronegócio contamina o meio ambiente, o agronegócio é que não paga imposto, vários grandes fazendeiros têm em sua produção trabalho análogo à escravidão. Então, o agronegócio é quem mais recebe recursos do governo federal, mas, ao mesmo tempo, não paga imposto, não paga a dívida, está sempre devendo ao Estado brasileiro. O agronegócio traz um modelo que não se sustenta, é insustentável, porque tira tudo da natureza sem devolver nada. E o exemplo disso são as catástrofes ambientais que ocorrem inclusive onde tem o desenvolvimento do agronegócio.

Daniela: O MST tem como prioridade produzir alimentos saudáveis e realiza ações solidárias, por exemplo, em momentos de catástrofes climáticas, como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024. Como o MST se articula com outros setores rurais e urbanos para construir uma sociedade mais justa?

Maria Inez: Uma das coisas que é o MST construiu em questão das ações de solidariedade, inclusive durante a pandemia, o MST chegou a doar mais de 10 mil caminhões de alimentos nas periferias da cidade. Aqui no Maranhão mesmo, por exemplo, pelo menos um dia na semana, nós abrimos o Solar Cultural Maria Firmina da Terra para fazer a distribuição de café solidário para as famílias no período da pandemia. E também nós temos uma continuidade dessas ações através das Cozinhas Solidárias. E nós continuamos fazendo essa articulação de solidariedade com a população urbana. na verdade no Brasil inteiro.

Nós do MST defendemos a reforma agrária popular. A reforma agrária popular tem que ser uma defesa de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Se nós tivermos reforma agrária, nós teremos uma soberania alimentar, porque a produção camponesa alimenta o campo e a cidade. E uma produção camponesa que defende os alimentos saudáveis, que defende a agroecologia como sistema de produção, é uma reforma agrária que está fazendo a defesa de toda a população. Quando o MST inclusive faz uma campanha hoje, a campanha nacional, que é o plantio de árvores, nós inclusive convocamos as universidades, convocamos a população brasileira para plantar árvores, porque nós acreditamos que é de nossa responsabilidade. É verdade que foi o agronegócio que destruiu a natureza, mas que nós agora precisamos ter uma responsabilidade para contribuir na defesa do reflorestamento.

Música

Daniela: A educação também é uma conquista fundamental do MST, desde escolas para as crianças em acampamentos e assentamentos, até a organização dos cursos de direito, medicina, comunicação, agronomia, pedagogia, entre outros. Quais conquistas você destaca nestes 40 anos de história do MST?

Maria Inez: Uma das coisas que eu destaco do MST é a contribuição que o MST tem na formação do movimento internacional de camponesas e camponeses, isso através da Via Campesina. Então, eu destacaria nesse plano a solidariedade internacional que o MST tem para com os povos.

Outra coisa é o respeito que o MST conseguiu perante a sociedade brasileira. 14:45 E isso a gente consegue, que seja por parte da educação que MST tem respeitado. O MST forma os quadros pedagogia, agronomia, as suas fases de medicina em Cuba, medicina na Venezuela, mas, sobretudo para além das fileiras do MST, nós contribuímos com os movimentos sociais do campo, mas também da cidade.

Música

Daniela: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro será lançada em dezembro de 2024 e as edições anteriores podem ser lidas em www.social.org.br.

Música

Daniela: O economista Guilherme Delgado é especialista na questão agrária. Ele faz parte da direção da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ABRA, e é conselheiro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Guilherme, o primeiro artigo que você escreveu para o livro Direitos Humanos no Brasil que tratava da política agrária e reforma agrária foi em 2011. Qual a diferença entre a questão agrária naquele momento e na atualidade?

Guilherme Delgado: No contexto dos anos 2010, 2011 nós estávamos em plena evidência da hegemonia do sistema de agronegócio. Ele se tornou conhecido da forma como ele é na passagem do primeiro para o segundo governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos 2000.

Nesse período, que já é o governo Lula, você tem um sistema completamente instaurado, nos anos 2024, 2025, é incontroversa a existência de um problema que não é propriamente novo, mas ele se tornou muito evidente para ser negado. É a questão ecológica por dentro da questão agrária. Essa é a grande mudança, que é a questão agrária e a questão ecológica estão fortemente imbricadas porque o uso da terra na forma atual, a plena intensificação da produção de commodities, ampliação significativa do mercado de terras, com grilagem de terras públicas, desmatamento etc, tudo isso vai criar um problema interno, mas ele só é percebido tardivamente. A questão da super emissão de dióxido de carbono a partir do espaço rural e suas consequências inevitáveis são as catástrofes climáticas.

Quando você dá, por exemplo, bilhões e bilhões de recursos subsidiados para o sistema do agronegócio, que é o sistema que tem responsabilidade direta por essas consequências ecológicas que eu mencionei, e sem estabelecer condicionalidades para a transição ecológica, você está fazendo uma política agrícola na contramão da mudança da estrutura agrária para um perfil de transição ecológica.

O que mudou de 2011 para 2024 é que o problema ecológico se agravou de tal forma, veja-se o Rio Grande do Sul, veja-se o Pantanal, E veja-se a Amazônia, são três problemas no mesmo ano. Isso faz parte de um novo normal da crise climática que tem causas e que tem consequências muito claramente previsíveis.

Daniela: Seu artigo para o livro Direitos Humanos no Brasil 2024, que será lançado em dezembro deste ano, faz uma análise da questão ecológica. Como você analisa esse tema tão urgente?

Guilherme: A questão ecológica tem a ver com a desorganização do espaço, da natureza. Desorganização mediante intervenção econômica, tecnológica, que provoca uma série de distorções em relação ao funcionamento do ambiente. Perde-se espécies, você tem processos de desmatamento em grande escala, você tem riscos sanitários, você tem biomas fortemente alterados em suas formas de funcionamento e você tem consequências disso que são as crises climáticas de grandes proporções.

Agora, o que se mede, tem uma métrica internacional, é a poluição pela emissão de dióxido de carbono na atmosfera, que é aquilo que vai todo ano às conferências do clima, já estamos na 29^a que vai ser agora em novembro, a trigésima vai ser no Brasil no ano que vem.

Nesse peculiar, o Brasil está numa situação muito desagradável, porque ele já é o sexto emissor mundial de dióxido de carbono e é do um espaço rural que provém entre 75% e 79% do total da emissão, que é uma peculiaridade brasileira porque no mundo inteiro é o setor de serviços, o setor industrial, a fonte de produção geral do espaço urbano. Aqui não, é o espaço rural.

Daniela: Você defende a reforma agrária com transição ecológica também para conter a crise climática. O que isso significa?

Guilherme: Significa que os direitos de propriedade e posse da terra para serem exercitados legitimamente, precisam atender critérios ecológicos, que atualmente não têm essa exigência. Atualmente o direito de propriedade se exerce de forma mercantil. O sujeito tem a terra, ele faz dela o que quiser, como se fosse um sapato velho. O sapato é meu, faço o que eu quero. Só que o espaço da natureza não é meu, nem é seu, ele é, pelo direito constitucional brasileiro, um bem social e tem que cumprir uma função social e ambiental, que, no caso brasileiro, não está sendo cumprido.

Nós temos que chamar o sistema de agronegócio à responsabilidade no sentido de se adequar às realidades e também às exigências constitucionais. Você tem várias formas de fazer: condiciona o recurso que você dá volumosa e graciosamente no crédito, no seguro rural, na política de garantia de preços, à meta de transição ecológica. Se você cometer crime ambiental, você vai para desapropriação pelos interesses socioambientais, como prevê o artigo 186 da Constituição.

É esse enredo que está faltando, ele não entra na agenda do Congresso, ele não entra na agenda do Executivo, ele não entra na agenda da mídia, mas ele entra no espaço físico da natureza.

O que nós estamos explorando nesse artigo, colocando a questão na perspectiva do direito à vida, à vida humana e à vida animal, porque a vida humana não é isolada. Além de toda essa discussão climática que às vezes as pessoas acham difícil compreender, eu estou falando em três A's: o ar, a água e o alimento seriamente comprometidos pelo funcionamento desse sistema de exploração predatória no espaço rural, que, ora, é totalmente hegemônico no Brasil.

Música

Daniela: O que precisa acontecer para que a transição ecológica se torne realidade?

Guilherme: O próprio sistema de agronegócio está sofrendo as consequências. Este ano você tem quebra de produção de grãos, as exigências ambientais da União Europeia completamente coerentes, ou seja, não importar produto brasileiro que provém de área de queimadas, também é uma exigência importante.

Nós não precisaríamos ficar reféns dessas exigências quando nós próprios estamos sofrendo as consequências desses problemas. Isso aí você pode fazer através do zoneamento agro e hidroecológico vinculado ao plano Safra.

O governo tem medo até de discutir o assunto. Claro que se você não discute o assunto, nem propõe, fica o mal-estar.

Mas tem solução. Você pode usar a constituição para desapropriação dos latifúndios altamente poluentes e devidamente constatados e verificados. Você tem métricas completamente passíveis de serem utilizadas: a emissão de dióxido de carbono, o consumo de água por hectare explorado, a poluição de água tóxica por hectare explorado e outros mais, que são métricas que poderiam ser associadas aos contratos da política agrícola, contratos de crédito, contratos de preços mínimos, contratos de seguro rural. E quem fugisse ao padrão minimamente responsável, você retira o subsídio da política agrícola ou você reduz o subsídio. Aquele que está completamente fora, que já está no crime ambiental grave você parte para uma medida mais forte e essa discussão ela precisa ser feita.

No caso ambiental, as tragédias climáticas chegam e afetam, claro, mais contundentemente os mais frágeis, que moram em regiões baixas em regiões de encostas, etc. Mas ela afeta todo mundo. A crise ecológica é uma crise de direitos humanos, principalmente dos mais frágeis.

Música

Daniela: A questão agrária é central para a defesa do meio ambiente, das comunidades camponesas e da agroecologia.

Música

Daniela: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano.

Música e edição de áudio: Luiz Mendonça

Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos).

Arte: Fábio Carvalho

Mídias sociais: Ana Rosa Carrara

Coordenação: Maria Luisa Mendonça

Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Encerramento